

CORREIO BRAZILIENSE 27 ABR 1987

RADIOGRAFIA DA DÍVIDA (I)

J. W. BAUTISTA VIDAL, secretário de Tecnologia Industrial

GL

Quando da 1ª crise do petróleo em 1973, os principais países industrializados passaram por um inesperado déficit dos seus balanços comerciais, especialmente os EUA que então importavam alguns milhões de barris de petróleo por dia. De maneira surpreendente, esses países, em seguida, transformaram em superavitários seus balanços de pagamentos. Para isto, paralelo a uma série de medidas internas, usaram as subsidiárias de suas corporações no Terceiro Mundo para importarem além do devido, como ocorreu no Brasil, e criaram mecanismos financeiros especiais, alguns fruto das facilidades oferecidas pelo poder de emissão de moeda reserva. Assim, foram emitidos grandes quantidades de dólares, sem os lastros correspondentes, para cobrir os aumentos dos cursos decorrentes das elevações dos preços do petróleo importado. Posteriormente, eles foram reciclados pelos países árabes e pelas companhias de petróleo, formando o chamado "mercado de petrodólares". Isto naturalmente provocou um excesso de liquidez, o que levou os banqueiros internacionais a procurar freneticamente novos clientes, aos quais empurravam "goela abaixo" grandes empréstimos, em geral a juros negativos, em especial, nos principais países ditos "em desenvolvimento", fossem eles importadores ou não de petróleo. Foi nesta dinâmica que foram igualmente envolvidos grandes exportadores, como o México e a Nigéria, auto-suficientes como a Argentina ou fortes importadores como o Brasil.

No nosso caso, foram essas facilidades associadas a uma visão imediatista das autoridades financeiras, que impediram o desenvolvimento adequado de um programa de alternativas energéticas aos derivados do petróleo, o qual nos tornaria auto-suficientes em período não muito superior a cinco anos, isto é, já no início da década dos 80. Assim, passados treze anos, mal produzimos combustíveis renováveis alternativos na proporção de 15% do nosso consumo global, o que é insignificante, se comparado ao que poderia ter sido feito.

Essa política assegurou importações de petróleo a níveis muito altos durante um longo período. Quando do segundo salto dos preços internacio-

nais, em 1979, os custos em moeda forte dessas importações chegaram a superar os dez bilhões de dólares ao ano, correspondendo a mais de 50% das nossas importações globais. Os custos acumulados dessas importações no período 1972/84 mais juros Libor, subtraídos das exportações de derivados de petróleo e de todas as exportações para os países árabes totalizam US\$ 99,7 bilhões, enquanto a nossa dívida externa, menos as reservas, estava em US\$ 80,3 bilhões. Portanto, as importações de petróleo criaram a dívida externa brasileira.

A segunda grande causa da montagem da dívida foi a aceitação pelas autoridades brasileiras, aparentemente inexperientes, da dinâmica dos juros flutuantes, moderna e traiçoeira técnica de expropriação dos povos. "Aparentemente" porque muitos dos responsáveis amontoaram gigantescas fortunas pessoais, como têm denunciado a imprensa, inclusive internacional.

Assim, uma vez que o principal da dívida alcançou dimensão ponderável do PIB, os juros, que até então eram razoáveis, às vezes negativos, passaram a níveis sem precedentes. A imprevidência das autoridades financeiras ao ignorarem as seguras alternativas nacionais nos levaram, no período 1980/82, a sofrer juros e demais taxas que totalizaram índices reais superiores aos 20% ao ano, quando seus valores históricos eram da ordem dos 2%. Credenciado banqueiro paulista afirma que em finais de 1983 a nossa dívida externa não deveria ser superior aos 35 bilhões de dólares, quando já estava em 90 bilhões de dólares. Os 55 bilhões de dólares restantes seriam fruto do arbítrio dos credores como resultado dos juros escorchantes, camuflados como juros de mercado.

Como o "Federal Reserve Board", espécie de Banco Central dos EUA é o árbitro absoluto do sistema financeiro internacional ao definir os juros de seus gigantescos empréstimos no sistema bancário privado, termina sendo o responsável pela definição do valor dos juros a nível internacional. Esses empréstimos são feitos com o objetivo de cobrir os gigantescos déficits do orçamento norte-americano, principalmente devido aos gastos do seu governo com a corrida armamentista.

Não é por acaso que o país que detém o maior déficit orçamentário do planeta tenha também um dos menores níveis de inflação. De fato, os EUA com o poder unilateral de arbítrio como emissor de moeda reserva internacional, transfere para o mundo dependente o ônus da sua corrida para a destruição, sem qualquer padrão ou controle de referência, posto que emite sem obedecer ao estabelecido em Bretton Woods, isto é, a paridade do dólar com o padrão ouro.

A atual situação não será alterada pois falta desejo político ao governo dos Estados Unidos. Nestas condições, entre 1982 e 1984, pagamos cerca de 35 bilhões de dólares somente em despesas financeiras, juros, "spreads" e outras comissões sobre o principal da dívida. Quando o último ministro da Fazenda do Governo Figueiredo disse que não pagaria o principal, não estava dizendo toda a verdade. Como poderia fazê-lo, se não conseguia pagar nem os custos financeiros? Simultaneamente, comprometia-se a pagar o serviço da dívida e para isto pedia novos empréstimos, o que automaticamente aumentava o principal e o seu correspondente serviço. Foi assim que, dentro do expropriador sistema de juros flutuantes, a dívida chegou onde está.

Os banqueiros internacionais têm afirmado que no caso brasileiro a dívida externa tem sido bem administrada. Ora, ela lhes tem proporcionado uma verdadeira orgia de lucros, com a garantia de sua permanente continuação.

Segundo a sistemática estabelecida, o Brasil, assim como a América Ibérica, converteu-se em fornecedor gratuito de capital, especialmente para os Estados Unidos. Nos últimos oito anos, os países da América Ibérica, em conjunto, pagaram 173 bilhões de dólares em juros e comissões. Isto corresponde a aproximadamente metade da dívida externa global em finais de 1983 para toda a região. Para 1986, previa-se um total de 75 bilhões de dólares para o mesmo fim. Não há como pagar esta quantia, sem graves consequências cumulativas e trágicos desfechos, como o genocídio em marcha... Também, não há Plano de Estabilização Econômica que resista a uma sangria de quantia superior a 12 bilhões de dólares por ano, como tem sido o serviço da dívida externa brasileira.